

Do Estádio-Nação ao Estádio-Museu: considerações sobre a mudança de status do Estádio Serra Dourada

From the Nation-Stadium to the Museum-Stadium: considerations on the change in status of the Serra Dourada Stadium

Tiago Zancopé*

ticaohc@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5232-2931>

RESUMO: Conforme determinadas capitais brasileiras presenciavam um intenso processo de inchaço urbano na segunda metade do século XX, a Ditadura Militar e seus aliados civis perceberam que os logros alcançados pelo futebol brasileiro após as conquistas de três campeonatos mundiais em 1958, 1962 e 1970 poderia servir de suporte para consolidar uma identidade nacional em formulação desde 1964. Nesse sentido, a edificação de Estádios-Nação por essas cidades cumpria com o objetivo de marcar na paisagem urbana um símbolo de poder e um espaço social direcionado para as massas sob o escopo de um pensamento autoritário. Por fim, com o advento da Copa do Mundo de 2014 diversos exemplares desse período foram demolidos ou reconstruídos, fenômeno que não incidiu sobre o Estádio Serra Dourada atrelando a ele uma nova carga de sentido como sendo um Estádio-Museu, isto é, um espaço de reflexão acerca de sua historicidade, da história nacional e da história do futebol.

PALAVRAS-CHAVE: Estádio-Nação, Estádio-Museu, Futebol, Patrimônio, Copa do Mundo.

ABSTRACT: As certain capitals in Brazil witnessed an intense process of urban growth in the second half of the 20th century, the Military Dictatorship and its civilian allies realized that Brazilian football achievements after winning three world championships in 1958, 1962 and 1970 supported the consolidation of a national identity that has been developing since 1964. Moreover, the construction of National-Stadium in these cities fulfilled the objective of marking the urban landscape as a symbol of power and a social space aimed at the masses under the scope of an authoritarian way of thinking. Finally, with the advent of the World Cup of 2014, several stadiums from that period were demolished or rebuilt, a phenomenon that did not affect the Serra Dourada Stadium, which acquired a new meaning as a Stadium-Museum, i.e., a space of reflection on its historicity, its national history, and the history of football.

KEYWORDS: National-Stadium; Museum-Stadium; Football; Heritage, World Cup.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás.

1. Introdução

A análise da inserção de determinado aparelho público na cidade de Goiânia passa pela sua construção ainda na década de 1930 como um importante vetor de indução ao crescimento do estado de Goiás por parte de seu interventor Pedro Ludovico Teixeira. Com a intenção de modificar as bases nas quais se assentavam os eixos político e econômico, o mandatário promoveu uma exitosa campanha de deslegitimação da cidade de Goiás condicionando o seu sítio urbano à representação do atraso, ou então, das limitações vivenciadas pelos goianos (CHAUL, 2009).

Simultaneamente a isso se impulsionava uma abundante divulgação a propósito dos benefícios a serem logrados com o estabelecimento de uma nova capital a ser erguida através de um minucioso planejamento. Para tanto, reforçava-se que a escolha desse tecido urbano levava em consideração a avaliação de critérios topográficos, hídricos e urbanísticos. Em linhas gerais, pretendia-se dispor na paisagem uma urbanização com robustos sinais de uma modernidade transformada em pedra angular para marcar uma distinta etapa no desenvolvimento do Estado e de sua principal cidade (ARRAIS, 2012).

Assim sendo, conforme o seu tecido urbano era preenchido pelos mais variados prédios públicos e tipos de habitação privada, a perspectiva de se contar com 50 mil habitantes foi superada em um curto espaço de tempo. Segundo os relatórios censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) esse número foi alcançado na década de 1950 e, logo depois, superado com folga na década seguinte ao ponto de se atingir a marca de 389.784 mil habitantes na metade dos anos 1970 (SOUZA, 2020).

O vertiginoso crescimento da malha municipal, por certo, colocava inúmeros dilemas na administração pública estadual e na incipiente burocracia municipal, já que muitos loteamentos irregulares se formaram ao longo das últimas décadas, ao mesmo tempo em que o poder público destinava áreas específicas para a construção de moradias populares, como a Vila Redenção em 1968¹ (SOUZA, 2020) (CAMARGO; MOTA; RESENDE, 2019).

Desde um ponto de vista municipal, convém ressaltar como a acelerada multiplicação da população era permeada pelas mais variadas formas de ocupação do conjunto urbano, pois esse fenômeno serve de auxílio para compreender, justamente, a estratégia de se instalar um aparelho público como um estádio de futebol de grande porte nesse tecido urbano. Dispor de

¹ Wilton de Araújo Medeiros (2010) e Cileide Alves Cunha (2008) assinalaram a data de 1966, divergência essa que não altera a premissa de se iniciar um processo de construção desse tipo de habitação no espaço urbano nesse recorte temporal.

uma obra dessa envergadura, sobretudo nas capitais dos estados, reforçava a intenção da Ditadura Militar de utilizar o esporte como uma forma de política pública para difundir uma mensagem direcionada para a massa, aproveitando um ambiente específico, no qual o futebol era utilizado sob a dupla premissa de ser o canal e o meio de transmissão.

Portanto, a edificação do Estádio Serra Dourada está intercalada por múltiplos acontecimentos conformados por várias ordens de grandeza, sendo possível identificar um nível local, por intermédio da ampliação do número de habitantes do município; estadual, com o financiamento de um empreendimento vultoso a ser erigido na capital do estado e, por fim, federal com a tentativa de consolidação de uma nacionalidade própria capaz de atar o território brasileiro a uma mesma ideologia.

Com isso, a reflexão em tela foi organizada da seguinte maneira: em um primeiro momento se almejou esquadrihar a edificação do Estádio Serra Dourada, iniciada em 1973 e concluída em 1975, objetivando explicitar sua conexão com os desdobramentos políticos entrelaçados pela Ditadura Militar, Confederação Brasileira de Desportos e o Governo do Estado de Goiás; posteriormente, verificou-se a reconfiguração desse espaço com o advento da utilização da cidade de Goiânia como uma das sedes da Copa América de 1989. A pormenorização da praça esportiva na última década do século XX e início do século XXI possibilita refletir sobre o lento processo de ressignificação desse aparelho, sobretudo, após o advento da Copa do Mundo de 2014 que projetou um novo modelo de estádio (arena) como sendo o padrão a ser seguido. E, por fim, a exclusão do aparelho público deste último acontecimento promoveu a incorporação de uma nova carga de sentido a esse espaço em função das singularidades mantidas pelo mesmo, o que levou as considerações finais.

2. A construção do Estádio-Nação e a estruturação de uma amálgama social na cidade de Goiânia e no estado de Goiás.

De acordo com as investigações realizadas na Hemeroteca Digital Brasileira (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2021) no tocante à construção desta praça esportiva, uma das primeiras matérias localizadas foi uma nota no dia 27 de agosto de 1972 (edição 03910) do jornal Correio Braziliense, com o relato da elaboração de seu pré-projeto arquitetônico pela empresa Serete na cidade de São Paulo², sendo supervisionada pelos

² Somente a hipótese de uma mais que provável censura em razão de sua postura adversa ao regime militar e igualmente em função de uma visão de mundo mais à esquerda dá conta de explicar a ausência no registro do nome do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, encarregado pelo projeto arquitetônico, por esse periódico. Mas, por sorte, o programa “Arquiteturas” da SESC TV sobre o Estádio Serra Dourada (SESC TV, 2014) revela com êxito as circunstâncias desse empreendimento ao dar voz ao seu idealizador arquitetônico em conjunto com demais depoimentos de profissionais reconhecendo os méritos desse aparelho público.

arquitetos Silas Varizo, Armando Scartezini e Uriel Viega a pedido de Leonino Di Ramos Caiado, Governador de Goiás, com previsão de início das obras em setembro daquele ano e entrega em 1974.

Depois, entre os dias 16 e 18 de fevereiro de 1973, o mesmo periódico noticiou num curto intervalo de tempo nas edições (04081A e 04083A) que o governo estadual já havia classificado 13 empresas interessadas em participar da licitação desse aparelho esportivo, enquanto o Presidente João Havelange convidava formalmente os clubes do estado a participarem do torneio nacional de clubes; para isso, a notícia informava sobre a solicitação de um local com capacidade para receber 40 mil torcedores, acarretando em um empecilho por conta da limitação do Estádio Olímpico e da impossibilidade de sua ampliação³.

A assinatura do contrato entre o Governo do Estado de Goiás e a Construtora Guarantã S.A ocorreu no final do mês de março. Este fato foi reportado pelo jornal do Distrito Federal em matéria no dia 03 de abril de 1973 (edição 04024), que enfatizou a importância do ato para Caiado visto que a obra havia sido prometida por ele, ademais da publicização do valor de Cr\$ 44.678.647,26 a ser destinado a empreiteira e para viabilizar a operacionalização de demais serviços necessários assegurando o início da obra e a sua acessibilidade.

No decorrer da execução da empreitada o leitor pôde acompanhar o desenrolar de múltiplas questões acopladas a essa iniciativa sendo informado acerca da falta de cimento na região, no mesmo momento em que via anúncios de emprego para profissionais de carpintaria, serventes, motoristas e operadores de retroescavadeira (edição 04250 do dia 15 de novembro de 1973). Não obstante a isso, próximo do final do ano de 1973, no dia 27 de dezembro, (edição 04290), publicou-se uma breve reportagem sobre a ruptura do contrato entre as partes citadas anteriormente, em decorrência de um erro de cálculo, impedindo a conclusão dos trabalhos.

Enquanto a publicação da capital federal realçava que isso ocorria de comum acordo entre os envolvidos, uma visão distinta foi sustentada pelos autores Rafael Fortes e João Manuel Casquinha Malaia (2021), pois os valores alegados como sendo insuficientes, mas, ainda assim, parcialmente gastos na construção foram investigados pela Comissão Geral de Investigação (CGI/Subcomissão de Goiás) em desfavor da Fundação Estadual de Esportes (FEE). Ao final

³ Apesar da capacidade do local de 14 mil pessoas não ter sido alterada, o Goiânia Esporte Clube foi escolhido como representante local para a disputa daquele ano, o que levou o jornal a assinalar o cumprimento da palavra dada aos goianos pelo mandatário da CBD, segundo noticiado no dia 24 de março de 1973, edição 04115A. Isso também expõe o interesse de se querer alcançar uma maior quantidade de clubes e de cidades com a dispersão de uma sensação de coesão identitária, conforme será problematizado mais adiante.

do procedimento, a empresa investigada não apenas ganhou mais uma vez a licitação, como igualmente aumentou o valor do repasse recebido para Cr\$ 179.609.128,08 numa diferença de 402% quando esse montante é comparado ao numerário do primeiro contrato⁴.

A despeito das fontes consultadas não estabelecerem uma possível ligação entre a necessidade de relicitação para finalização das obras e as primeiras manifestações da oposição, entende-se que as últimas exerceram um papel importante para a solicitação de maiores esclarecimentos em texto redigido pelos deputados estaduais Adhemar Santillo e Juarez Magalhães do MDB, adversários do bloco arenista no comando do governo estadual. Mais à frente, nem mesmo a pomposa cerimônia de inauguração desse campo de futebol evitou a reapresentação de crítica à sua infraestrutura proferida pelo senador Lázaro Ferreira Barbosa (MDB-GO) num duro pronunciamento expondo o seu descontentamento com essa monumental estrutura em virtude do exacerbado endividamento causado aos cofres do Estado, conforme a edição 04469.

Em síntese, torna-se mister frisar que não se está diante de mais um empreendimento coordenado pelo poder público, senão defronte de um equipamento cuja especificidade permite a ele ser um espaço ativo de transformação da rede social urbana na sua localidade e isso foi devidamente compreendido e explorado pelo tripé formado pela Ditadura Militar, Confederação Brasileira de Desporto e governos estaduais encarregados por tais obras.

Isto posto, de acordo com o historiador Bernardo Borges Buarque de Hollanda.

Em 1970, em virtude do investimento dos presidentes-ditadores, dos catorze maiores estádios do mundo, seis eram brasileiros. O processo se iniciou em 1965, quando foi inaugurado o Estádio Magalhães Pinto, vulgo Mineirão, em Minas Gerais. O Maracanã foi quase sempre a inspiração anatômica para este e para os demais da série faraônica de estádios. Assim, a política da CBD, então encampada pelas patentes militares, logrou constituir trinta praças esportivas em apenas três anos, de 1972 a 1975 (BUARQUE DE HOLLANDA, 2014, p. 332-333)⁵.

O modo como essas intervenções eram replicadas seguindo uma mesma lógica de edificação e divisão de seus espaços interno, foi tema de análise por parte de antropólogos

⁴ Ainda assim, nem mesmo o destrato do contrato interrompeu o andamento da obra visto que os seus funcionários foram mantidos no canteiro. Informações pormenorizadas sobre a apuração podem ser obtidas no artigo supracitado ou pelo exame do documento da época (GOIÁS, 1979).

⁵ Essa temática será examinada na terceira parte do artigo, isso porque defende-se a singularidade do exemplar público goiano quando ele é comparado com os pares construídos nesse mesmo período histórico. Contudo, tiveram o seu desenho original descontinuado em prol conta da realização da Copa do Mundo de 2014, como se verificou nos exemplares amazonense, baiano, brasiliense, cearense, mato-grossense e mineiro.

urbanos numa descrição que contribui para o entendimento da composição societária daquele intervalo histórico.

Tal divisão da plateia segue critérios, principalmente econômicos: os setores obedecem a uma escala de preços, sendo os mais caros os *lugares individuais*: as cadeiras. Fora dos critérios econômicos, os que vigem são os de caráter profissional (subsetores destinados à imprensa, por exemplo) e os de caráter político: as tribunas de honra são os lugares reservados a representantes do poder ou a seus convidados. Tendo a melhor localização do estádio e sendo mais confortáveis, são interditos ao público comum, não sendo vendidos seus lugares.

Os piores lugares (quanto a conforto e visibilidade do jogo) são os mais baratos e os que não têm lugar definido. Arquibancadas e gerais são ocupados por *massas*; as cadeiras, tribunas e camarotes por *indivíduos*. [...]. Os critérios de divisão são claros (econômicos e políticos) e sua visualização muito fácil (níveis e cores). A possibilidade de homologia entre a divisão do espaço da plateia em um estádio e a efetiva divisão do espaço social na sociedade brasileira não seriam improváveis. Pelo contrário: parecem realmente presentes na imaginação sociológica do torcedor, quando atribui a presença de ‘duros’ às gerais e de ‘protegido’ à tribuna de honra e cadeiras especiais (para onde são distribuídos convites), para dar exemplos extremos (BAETA NEVES *apud* BUARQUE DE HOLLANDA, 2014, p. 334-335, destaques do autor).

Das reflexões concatenadas por Bernardo Borges Buarque de Hollanda (2014) entende-se que o formato e as divisórias internas do Maracanã serviram de referência para os outros aparelhos esportivos em fase de construção pelo território nacional. Eles, por seu turno, passaram a personificar uma função de agentes disseminadores de uma nacionalidade pautada por uma ideologia de um país grande e permeado por um povo orgulhoso de sua fase nacional.

Assim sendo, classificar o Estádio Serra Dourada como um Estádio-Nação vai em busca da conceitualização dessa estrutura como um intocável exemplar de projeto nacional que se vale do futebol e de seu entorno para produzir uma aliança entre os seus habitantes e os seus governantes. Independente de se ocupar os assentos mais caros ou não, mais confortáveis ou não, essa premissa acontecia no interior de um contexto montado pela administração estadual sob o respaldo da Ditadura Militar e da Confederação Brasileira de Desportos. Nesse sentido, a propaganda veiculada pelo Governo de Goiás no jornal Correio Braziliense do dia 9 de março de 1975, edição 04460, divulgando a estreia desse aparelho público auxilia na sua visualização:

O único que vai durar mais que o Estádio Serra Dourada é o homem do radinho de pilha.

Porque ele é eterno.

Nossa intenção era construir um estádio definitivo, para hoje e para quando Goiânia tiver dois milhões de habitantes. (Sabemos que no futebol, o único que tem direito a ser provisório é o jogador).
Construímos o Estádio Serra Dourada. Tão bem localizado que, no ano da graça de 2005, uma possível e até provável Liga dos Moradores Descontentes não encontrará argumentos para pedir sua demolição. Grande.
Firme. Definitivo. O único que vai durar mais que o Serra Dourada é o homem do radinho de pilha: porque este é eterno.

**INAUGURAÇÃO
9 DE MARÇO
Seleção Goiana
x Seleção Portuguesa.**



**QUADRANGULAR Dias: 12-16:
DIA 12 DE MARÇO: Seleção Goiana x Flamengo.
Seleção Argentina x Palmeiras.
DIA 16 DE MARÇO: Perdedor do 1º jogo x perdedor do 2º jogo.
Ganhador do 1º jogo x ganhador 2º jogo.**

GOVERNO DE GOIÁS

Antes de se pormenorizar o curto texto abaixo dos dizeres “Porque ele é Eterno” convém esmiuçar o título da propaganda “O único que vai durar mais que o Estádio Serra Dourada é o homem do radinho de pilha” juntamente com a fotografia em tela devido à dupla probabilidade de se reportar ao cidadão comum que buscava acompanhar os lances da partida pela transmissão radiofônicas, ao mesmo tempo que a ilustração fez menção ao ex-presidente-ditador Emílio Garrastazu Médici, especialmente, por efeito de sua predileção pelo esporte exacerbada durante a preparação da Seleção Brasileira para a Copa do Mundo de 1970 e, logo depois, com a conquista do terceiro título mundial no México⁶. Ao lado disso, destaca-se a seguinte passagem:

Nossa intenção era construir um estádio definitivo, para hoje e para quando Goiânia tiver 2 milhões de habitantes. (Sabemos que no futebol, o único que

⁶ Dentre as inúmeras possibilidades de complementação de leitura aptas a desvelar a ênfase direcionada pelo líder castrense a esse esporte, destaca-se o livro de Marcos Guterman (2010).

tem direito a ser provisório é o jogador). Construimos o Estádio Serra Dourada. Tão bem localizado que, no ano da graça de 2005, uma possível e até provável Liga dos Moradores Descontentes não encontrará argumentos para pedir sua demolição. Grande. Firme. Definitivo. O único que vai durar mais que o Serra Dourada é o home do radinho de pilha: porque este é eterno (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 1975).

A reunião das informações e considerações feitas até o presente momento faz com que o *debut* do Estádio Serra Dourada no dia 9 de março de 1975 seja um dos momentos mais significativos e de alavancagem da união traçada entre o poder local, regime militar e confederação esportiva. O próprio anúncio reconhece isso ao enaltecer os atributos da obra a ser inaugurada, assim como cristaliza a convicção da manutenção da sua importância pelas próximas décadas.

Com isso, é preciso esquadrihar para além das camadas iniciais e perceber a densidade dos elementos envolvidos nessa operação voltados para a consolidação de um aparelho público que tivesse como uma de suas premissas receber partidas de futebol, como ocorreu no dia 9 de março de 1975, no primeiro jogo oficial entre a Seleção de Goiás e a Seleção de Portugal, cujo placar terminou 2 x 1 para os donos da casa⁷.

Esse confronto foi acompanhado por inúmeras autoridades como o governador de Goiás, Leonino Caiado⁸, o Ministro da Educação, Ney Braga, o presidente da FIFA, João Havelange, o coronel José Guilherme, presidente da Federação Mineira de Futebol representando o almirante Heleno Nunes, presidente da CBD⁹, o embaixador de Portugal, Vasco Pereira e por Edson Arantes do Nascimento, Pelé, considerado o melhor jogador de todos os tempos; da mesma forma também se fez presente o público estimado de 77.790 mil pessoas que preencheu o seu espaço se dividindo entre a geral, arquibancada, cadeira, tribuna e camarotes. Ao final, os espectadores presenciaram muito mais que um embate entre dois combinados de jogadores, eles assistiram à afirmação da lógica militar de pátria marcar definitivamente a paisagem goiana e goianiense.

⁷ Ao longo do tempo, inúmeros adversários tais como Peru, Irlanda, México e Polônia foram cogitados para enfrentar o Brasil, no primeiro jogo do estádio. Contudo, a partir do estudo dos jornais da época nota-se a substituição dos envolvidos até chegar no ponto de nem mesmo se poder contar com os times estrangeiros e até mesmo, do selecionado nacional.

⁸ Muito provavelmente, não havia ninguém mais contente do que ele, uma vez que pôde inaugurar esse aparelho poucos dias antes de entregar o cargo de governador no dia 15 de março de 1975 para Irapuan Costa Júnior.

⁹ Os jornais consultados justificam a sua ausência como sendo consequência dos entraves burocráticos a nível federal enfrentados na cidade de Brasília. Porém, isso calhou para evitar um possível encontro entre Havelange e Heleno Nunes que não simpatizam entre si conforme foi esmiuçado por Carlos Eduardo Sarmiento (2006) e Daniel de Araújo Santos (2012).

3. A afirmação do Estádio Serra Dourada enquanto aparelho público durante o período de 1970 a 2000.

Uma vez concluídos os jogos inaugurais reunidos no sistema quadrangular que determinou o vencedor do Torneio Leonino Caiado de 1975¹⁰, pode-se considerar que os próximos passos dados pelo estádio, na qualidade de um aparelho público, consistiu na sua afirmação como uma das mais bem acabadas praças esportivas a serviço dos clubes da capital, como o Atlético Goianiense, Goiânia, Goiás e Vila Nova, assim como para a realização de partidas da Seleção Brasileira e de outras nações, quando foi escolhida como um dos palcos para realização da Copa América de 1989.

Pode-se considerar que a jornada percorrida em torno da validação dessa obra foi tanto um produto como um reflexo das escolhas políticas formuladas pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD) até 1979 e, posteriormente, pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Nesse sentido, ao se rememorar eventos próximos à sua construção, fica constatada a ausência de representantes do Centro-Oeste nas primeiras edições do Campeonato Nacional de Clubes¹¹.

A decisão de não incluir as agremiações da região do Brasil Central levou a uma rápida reação por parte dos dirigentes locais sob a liderança do presidente do Goiás Esporte Clube, Hailé Selassié Pinheiro e, com o apoio do recém nomeado governador de Goiás, Leonino Di Ramos Caiado que, em conjunto, articularam a realização do Torneio de Integração Nacional em 1971, cuja fórmula de disputa seguia o modelo da Copa do Mundo do México de 1970 ao dividir em 4 (quatro) grupos o total de 16 (dezesesseis) times que seriam convidados dos estados do Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Guanabara, Minas Gerais, Pará, Paraná, Santa Catarina e São Paulo (LISITA JÚNIOR, 1971a, p. 20)¹².

Se, logo no início da disputa, no dia 14 de setembro de 1971, o jornal Correio Braziliense registrou o otimismo do presidente da Federação Goiana de Desportos (FGD), Baltazar de Castro, com a presença do público no Estádio Olímpico durante a cerimônia de

¹⁰ O Clube de Regatas Flamengo superou a Sociedade Esportiva Palmeiras por 1 tento a 0 e levou consigo o troféu para o Rio de Janeiro.

¹¹ Ao longo de sua história o nome do certame foi alterado em diversas oportunidades, mas, ainda assim, isso não impediu o estabelecimento de uma consensual denominação popular como sendo, simplesmente, Brasileirão ou Campeonato Brasileiro devido à quantidade e abrangência de clubes que este alcançava. Todavia, a fim de se desviar de recorrentes repetições das alcunhas citadas anteriormente, quando for possível será feito o uso das demais denominações recebidas durante a sua trajetória.

¹² Ao final, participaram times representantes dos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná e São Paulo. Um resumo dos resultados das partidas pode ser conferido em BESSA, Rafael; DI MEDEIROS, João Paulo; PAULO, Gerliezer *et al* (2022).

abertura do evento; na edição do dia 29 de setembro de 1971, o teor da reportagem evidenciava a preocupação do líder da entidade esportiva em tentar reparar falhas na sua organização a fim de evitar um enorme prejuízo financeiro que, mais uma vez, será tema de matéria nas vésperas do encerramento da competição, no dia 21 de outubro de 1971, em razão do déficit de mais de 100 mil cruzeiros.

Ressalta-se que a existência da supracitada adversidade contábil verificada durante a realização do evento não foi digna de nota nas páginas de cobertura realizada pela Placar Magazine, nas edições de 24 de setembro e 29 de outubro de 1971. Ao contrário, na primeira oportunidade, o jornalista Lisita Jr., destacou, justamente, a falta de um estádio de grande porte para fazer jus à altivez do evento, escrevendo posteriormente sobre a vitória do Atlético Goianiense na finalíssima, sagrando-se campeão (LISITA JÚNIOR, 1971b, p. 35).

Ainda em relação a esse assunto, pode-se considerar que a proximidade entre Brasília e os municípios de Anápolis e Goiânia, onde foram disputadas as partidas, tenha sido preponderante para uma apuração pormenorizada por parte do Correio Braziliense do contexto no qual o torneio se inseria. Ao contrário, a Placar Magazine optava por escrutinar os tópicos das equipes de maior projeção nacional ou que exerciam um domínio regional quando venciam competidores de outros estados.

A despeito dos problemas econômicos acarretados aos envolvidos em sua organização e participação¹³, a reflexão em desenvolvimento interessa-se, sobretudo, pelo modo como a sua execução projetou a cultura futebolística regional no interior do panorama nacional, evidenciando as condições dos clubes locais de participarem da competição nacional outrora inaugurada. Desse modo, o convite feito pelo presidente da CBD, João Havelange, direcionado para a Federação Goiana de Desportos (FGD) com o objetivo de contar com um representante do estado de Goiás no torneio nacional não somente coincide, como similarmente vai ao encontro das primeiras notícias acerca do processo de construção do Estádio Serra Dourada¹⁴.

Se, com efeito, o Campeonato Brasileiro de 1973 contou pela primeira vez com um representante goiano, lamentavelmente a mesma analogia não se aplicava à edificação citada

¹³ Essa afirmação corrobora a declaração do presidente do Atlético Clube Goianiense, Geraldo de Oliveira Bueno Junior, dada ao Jornal Correio Braziliense no dia 24 de outubro de 1971, a respeito da estimativa de 15 mil cruzeiros de prejuízo contraídos por causa da competição.

¹⁴ Essa constatação está diretamente relacionada à pesquisa realizada no jornal Correio Braziliense, isso porque a notícia sobre o convite para participação de um time goiano é do dia 18 de fevereiro de 1973, enquanto no dia 22 de março de 1973 foi publicada a informação sobre a realização da solenidade de assinatura do contrato entre o Governo do Estado e a Construtora Guarantã S.A. para o dia 30 de março.

anteriormente, por conta do estágio inicial da empreitada. Mesmo assim, a edição de 1974 também reservou uma vaga direcionada aos clubes do estado, ao passo que essa condição seria expandida, justamente, a partir de 1975 com a inauguração da nova praça esportiva na cidade de Goiânia.

Todavia, as mudanças não pararam por aí, visto que o próprio topo da cadeia de comando do esporte nacional passou por uma significativa transformação com a saída de João Havelange para a presidência da Federação Internacional de Futebol (FIFA) e a nomeação do almirante Heleno Nunes para o seu lugar no comando da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Em relação ao perfil biográfico do recém nomeado, cabe frisar que ele era:

Filho do ex-capitão-de-corveta Adalberto Nunes, fundador da primeira liga de esportes da Marinha em 1915, o almirante Heleno era inda irmão do ex-ministro da Marinha no governo Médici, Adalberto de Barros Nunes, e do então diretor de Relações Públicas da Petrobrás, o general Antônio Luiz de Barros Nunes. O novo presidente era ainda ex-jogador de basquete do Tijuca Tênis Clube, ex-dirigente do Bonsucesso e diretor do Vasco da Gama, três vezes deputado pela Arena e líder do partido no Rio. Nunes levava consigo o major Carlos Alberto Cavalheiro para tratar das finanças da entidade e o Coronel Heleno Louzada para a coordenação de esporte. A Placar trata o encontro de Geisel com Nunes, como ‘esperanças para o esportivas brasileiros’, pois sabem ‘o bafejo da autoridade’ (Placar n.º 260, 21/03/1975, p.35), ou seja, o poder dos militares. A partir de agora, a Ditadura dispensava mediações para controlar e implementar os princípios da Doutrina de Segurança Nacional no futebol (STÉDILE, 2021, p. 137).

De acordo com Miguel Enrique Almeida Stédile (2021), “a gestão do almirante Heleno Nunes na Confederação Brasileira de Desportos demarca o auge do processo de militarização e de implementação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional no futebol brasileiro” (STÉDILE, 2021, p. 138). Em linhas gerais, foi executada uma série de nomeações de representantes das forças armadas para cargos de comando da entidade reforçando ainda mais a presença de elementos oriundos da caserna na condução da mesma, além de se promover uma alteração na legislação no tocante à gestão esportiva no país modificando, por exemplo, a composição do Conselho Nacional de Desportos na qual pelo menos 8 de seus 11 integrantes passavam a ser nomeados pelo Presidente da República (STÉDILE, 2021)¹⁵.

¹⁵ A aprovação da Lei 6.251 de 8 de outubro de 1975 implicava num desproporcional fortalecimento da cúpula das entidades. “O principal passo no sentido de uma maior centralização foi a adoção do voto unitário das federações e confederações. Por esse instrumento, a participação dos clubes e agremiações nas esferas decisórias foi drasticamente limitada. O poder de voto e de veto competia às federações municipais e estaduais, o que reduzia o número de votantes nos processos deliberativos e tornava o poder dos presidentes das federações praticamente absoluto. Os clubes perdiam representatividade política e se viam submetidos a acordos urdidos por um grupo restrito de presidentes de federações, em sua grande maioria políticos com base eleitoral em redutos do interior do país” (SARMENTO, 2006, p. 141-142).

Especificamente acerca da Copa Brasil¹⁶, importantes rearranjos foram feitos ainda em 1975. Destarte, aboliu-se a separação entre as divisões, ou seja, não haveria mais distinção entre as agremiações por motivo de sua capacidade técnica. Além disso, foram acrescentados representantes dos estados do Espírito Santo e Paraíba, preenchendo no mínimo com um representante de cada unidade da federação o quadro de competidores do torneio nacional, em um total de 42 clubes (SARMENTO, 2006) (STÉDILE, 2021).

Se, em seu primeiro ano de gestão, Heleno Nunes encabeçou remodelações com o intuito de amarrar os estados e, conseqüentemente, os clubes situados nas capitais ou então nas principais cidades de cada uma dessas regiões; a partir de 1976 pode-se considerar que o torneio passou por um acentuado processo de hipertrofia em função de sua descomedida ampliação. Para tanto, torna-se mister acompanhar o posicionamento de Stédile (2021) e Sarmento (2006) a propósito desta situação.

Destaca-se no exame feito pelo primeiro a incidência de nuances políticas ao se levar em consideração a importância ou o tamanho de uma determinada cidade em detrimento de pressupostos esportivos e, uma amostra disso, foi verificada no estado da Bahia quando a equipe do Alagoinhas – situada na cidade homônima – foi preterida pelo Fluminense de Feira de Santana na indicação para participar da edição de 1976 devido ao tamanho da cidade e de sua relevância econômica, política e social. Foi por meio da mescla de elementos políticos e futebolísticos, que o governo autocrático do general Ernesto Geisel pretendeu difundir na população brasileira tanto uma visão como uma mensagem de normalidade (STÉDILE, 2021). Ao final, cumpre realçar que:

no campeonato brasileiro de 1976, competiam 54 times que representavam 31 cidades, sendo 20 capitais e outras 11 cidades ‘convidadas’ pela CBD como Feira de Santana (BA), Campina Grande (PB), Campo Grande (MT), Londrina (PR), Caxias do Sul (RS), Santos, Ribeirão Preto e Campinas (SP), Uberaba (MG), Campos e Volta Redonda (RJ) (STÉDILE, 2021, p. 139).

De modo igualmente enfático, o segundo autor sublinhou a manifestação de uma interferência política capaz de se sobrepor aos critérios técnicos. Em outras palavras, ele constatou a maneira pela qual a principal competição nacional passou a ser pautada por elementos políticos partidários vinculados a uma determinada ideia de país, que não necessariamente refletiam os preceitos do universo do futebol.

¹⁶ Consiste na denominação do Campeonato Brasileiro durante o intervalo de 1975 a 1979.

A partir de 1976, no entanto, tornou-se evidente a manipulação política da organização do torneio. Fazendo jus a uma frase atribuída a Nunes, que teria dito ‘onde a Arena vai mal, um time no Nacional’, o certame se iniciou com 54 equipes distribuídas em nove diferentes grupos. Esse número aumentou no ano seguinte, quando 62 participantes tomaram parte na competição. Mas todo e qualquer prognóstico seria superado nos torneios de 1978 e 1979. No primeiro, quando se organizavam importantes eleições gerais no país, e a Arena apregoava sua condição de ‘maior partido do Ocidente’, as pressões políticas estenderam o ingresso para 74 times, organizados em 20 grupos. No ano seguinte, possivelmente por se ter percebido a fluidez dos regulamentos e a capacidade de acomodação da CBD, o campeonato bateu a marca e foi disputado por 94 equipes¹⁷ (SARMENTO, 2006, p. 141).

Ao se relacionar as observações feitas por Miguel Enrique Almeida Stédile (2021) e Carlos Eduardo Sarmento (2006), desvela-se um cenário no qual a construção dos grandes estádios públicos cujas obras se iniciaram e foram concluídas entre o final da década de 1960 e 1970 passaram a produzir suas primeiras camadas identitárias permeadas por um Torneio Nacional na qual o número de participantes crescia exponencialmente saltando de 20 (vinte) participantes em 1971 para 94 (noventa e quatro) em 1979.

Ao se esmiuçar essa informação, ponderando a quantidade de partidas disputadas nesse intervalo, ao lado da mobilização das torcidas desses clubes, reforça-se a impressão do Estádio Serra Dourada estar vinculado a um fenômeno histórico que defendia a integração do território brasileiro por via do futebol, especialmente após o momento de euforia que marcou as conquistas das Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, tornando o Brasil o primeiro tri campeão mundial.

Para exemplificarmos, recortamos as informações dos 10 (dez) jogos que registraram os maiores públicos. Certificamos que 5 (cinco) deles, ou seja, metade, são oriundos do intervalo entre 1975 e 1979 conforme a tabela a seguir¹⁸:

Posição	Ano	Equipes	Público
1	1975	Seleção Goiana x Seleção Portuguesa	76.718
2	1981	Atlético Mineiro x Flamengo	76.501
3	1978	Seleção Goiana x Seleção Brasileira	75.998
4	1986	Seleção Brasileira x Seleção Alemã Ocidental	68.555

¹⁷ Com o passar do tempo o bordão que associava o partido de apoio da Ditadura Militar ao futebol ganhou um complemento com a expressão “onde vai bem, um time também”, assim ela passava a ser registrada como “onde a Arena vai mal, um time no Nacional, onde vai bem, um time também”.

¹⁸ Dificilmente a parte selecionada nessa tabelada elaborada ainda em 1997 para a revista que comemorou os 22 anos do Estádio Serra Dourada e, posteriormente, reproduzida na internet em 2012 com atualizações em 2019, será alvo de modificações com o registro de novas partidas, mesmo porque, inúmeras medidas de segurança foram implementadas com a aprovação da Lei n.º 10.671 de 15 de maio de 2003 popularmente conhecida como Estatuto de Defesa do Torcedor, reduzindo a área destinada aos espectadores a fim de coibir possíveis confrontos entre as torcidas. Para mais informações ver GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS (2022).

5	1983	Goiás x Flamengo	65.723
6	1979	Vila Nova x Goiás	64.614
7	1980	Seleção Brasileira x Seleção Paraguai	59.050
8	1977	Goiás x Vila Nova	58.953
9	1976	Atlético Goianiense x Vila Nova	56.854
10	1995	Goiás x Botafogo	55.694

Acredita-se que as diferenças entre os espectadores, no que concerne às três primeiras colocações são mínimas. E, em vista disso, torna-se mais conveniente perscrutar a maneira como a sociedade foi mobilizada a comparecer nessas ocasiões, sendo que, em duas delas, foram amistosos entre combinados locais e nacionais e outra um confronto pela primeira fase da Taça Libertadores da América, colocando de lado opostos um time mineiro e outro carioca, cujas sedes mesmo sendo distantes da cidade de Goiânia, não impediu a manifestação da população local em favor de um ou de outro competidor. Sobre os demais embates, realça-se bastante a presença do elemento local por conta dos clubes envolvidos, concomitantemente à exibição de novas partidas da seleção nacional.

Nem todas as partidas conseguiam atingir uma quantidade expressiva de torcedores, gerando vultuosas somas financeiras, já que o nível técnico de alguns clubes que se apresentavam não mobilizava o interesse dos entusiastas do futebol. Esse fenômeno foi amplamente divulgado tanto pela imprensa desse período como foi tema de análise por parte do pesquisador Daniel de Araújo dos Santos (2012).

Em suma, tanto os editoriais da Placar Magazine como as matérias publicadas nesse espaço, exploravam o precário nível de diversos jogos, além de questionar os princípios adotados durante a elaboração da fórmula da competição nacional, enfatizando como esse processo proporcionava um desfecho em que o prejuízo superava o lucro. Uma demonstração disso pode ser detectada no diagnóstico feito por Alberto Helena Jr a respeito do contexto político da CBF:

Vale, porém, lembrar que a instalação de uma administração claramente voltada para os serviços político-partidários deu-se com o golpe que levou Heleno Nunes à presidência da então CBD, em meados dos anos 70.

Imposto de cima para baixo, contra até mesmo a vontade de Havelange, Heleno Nunes lançou o fatal *slogan*: Integração Nacional. Essas duas pomposas e assustadoras palavrinhas conduziram nosso futebol a um impasse no final da década.

Claro, pois em nome da chamada integração nacional, o Campeonato Brasileiro transformou-se num monstro que afugentou o público dos estádios, levou os clubes à beira da falência e empalideceu à morte a imagem do futebol brasileiro no exterior. Só quem saiu lucrando na parada foi o empreiteiro de obras, autor de alguns faraônicos estádios construídos por esses brasis afora.

E por quê? Ora, porque, para atender às conveniências político-partidárias, vindas dos cantos mais distantes do país, a CBD fez com que o Campeonato Brasileiro inchasse a limites insuportáveis, transbordando a paciência do espectador com péssimos e seguidos espetáculos e rompendo de vez o calendário, já que temporadas avançavam sobre as outras, num ritmo alucinante.

Era preciso, pois, dar-se um basta nisso. E o próprio governo federal, que indiretamente havia provocado a situação, viu-se obrigado a desfazer o feitiço apoiando discretamente a candidatura de Giulite Coutinho, ex-presidente do América carioca e empresário ligado a área de exportações¹⁹ (HELENA JR. 1982, p. 14).

Se a imprensa esportiva da época denunciava a forma como a má gestão da CBD e da CBF comprometiam a evolução do futebol nacional, um painel não muito auspicioso foi traçado *a posteriori* sob o guarda-chuva da historiografia.

A insatisfação não estava restrita apenas aos dirigentes cariocas. Ainda encarado como uma maratona futebolística desgastante, o Campeonato Nacional era tido como um dos grandes responsáveis pelas dívidas dos grandes clubes brasileiros. Os descontos na renda que beneficiavam as federações locais, o INPS, as associações de cronistas esportivos e até mesmo a associação dos escoteiros (nos jogos realizados no Rio de Janeiro) garantiam receitas para diversas instituições, fazendo do futebol um poderoso provedor, enquanto os clubes amargavam prejuízos principalmente em jogos de menor expressão. O presidente do Vitória da Bahia, Carlos Palma, garantia: ‘O campeonato brasileiro só é lucrativo para os hotéis, companhias de aviação, CBD, e as federações. Mas não para os clubes’ (SANTOS, 2012, p. 126).

O ato de se esmiuçar as decisões equivocadas tomadas pela chefia do esporte nacional, ressaltando os efeitos decorridos dessa conjuntura ajuda a ilustrar como a estratégia política e administrativa adotada pela Ditadura Militar ao lado da CBD, menosprezava o aspecto esportivo, ao mesmo tempo que deixava um rastro de problemas, cuja tentativa de solução ou, ao menos, correção, demandariam tempo para surtir efeito.

Isso, com efeito, tornou-se um dos maiores desafios para as gestões da CBF que passava a ocupar o espaço da CBD. Dessa maneira, inúmeras medidas serão adotadas a fim de amenizar os contratempos advindos de um campeonato demasiadamente inchado a pretexto do abundante número de participantes. Um primeiro passo dado nesse sentido foi limitar a 40 (quarenta) o número de clubes participantes na primeira divisão que passou a ser chamada de Taça Ouro; em seguida, liberou-se a utilização de propaganda na camisa dos clubes, numa ação comemorada pelos clubes graças à possibilidade de se incrementar as suas rendas²⁰.

¹⁹ Tomou-se conhecimento de parte dessa citação durante a leitura do artigo de Patrícia Volk Schatz e Carlos José Espíndola (2016).

²⁰ Mesmo com a adoção dessas ações, Daniel Vinícius Ferreira (2018) reportou que a presença de torcedores se mantinha errática, ou seja, nem sempre as praças esportivas estavam cheias.

No escopo dessa reflexão, convém identificar como o Estádio Serra Dourada se equilibrava no cenário político e esportivo durante as décadas de 1980 e 1990. Com o avanço da redemocratização, o ímpeto da integração nacional encabeçada pelo projeto militar perdia fôlego, abrindo espaço para novas produções de sentido sob a coordenação de uma gestão civil no cargo da Presidência da República com José Sarney e, da CBF, por Ricardo Teixeira. A escolha do Brasil como sede da Copa América disputada em 1989, servia para exhibir aos países vizinhos a maneira como o legado de outrora associado à idealização de um Brasil grandioso, poderia ser ressignificado pelos diversos representantes de uma sociedade que, paulatinamente, recuperava os seus direitos políticos exercendo o direito de poder votar em Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais, Federais, Governadores, Senadores e, em poucos meses, para Presidente.

Dessa forma, enquanto o Estádio da Fonte Nova em Salvador e o Estádio do Arruda no Recife dividiam entre si os jogos entre as seleções do Brasil, Paraguai, Colômbia, Peru e Venezuela reunidas no Grupo A, a praça esportiva goiana foi a única sede do Grupo B na primeira fase da competição, recepcionando confrontos entre combinados da Argentina, Chile, Uruguai, Equador e Bolívia. Para cumprir tal finalidade, o Jornal Correio Braziliense do dia 28 de junho de 1989 divulgou um investimento de \$300.000,00 (trezentos mil dólares) em adequações no local, juntamente com a redução do gramado para 105 x 68 já que a medida máxima permitida era de 110 x 75 m.

Se, dessa vez, o enfoque do periódico da capital federal limitou-se a contextualizar a condição física dos jogadores e as estratégias técnicas que seriam adotadas pelos treinadores a partir do perfil de cada adversário, ou então, em reação ao desenlace de um confronto específico; o Jornal do Brasil, por sua vez, analisou as condições do aparelho público, enaltecendo diversos aspectos de sua estrutura física enfatizando, acima de tudo, o campo. Desta feita, o jornalista Lédio Carmona escreveu no dia 29 de junho de 1989:

Tudo funciona perfeitamente no Estádio Serra Dourada. O estádio é controlado pelo governo do estado de Goiás e pela Superintendência estadual de esportes. Normalmente trabalham 60 funcionários, mas, em dias de jogos, esse número passa de 200. O maior *xodó* dessa gente é mesmo o gramado. São doze homens trabalhando diariamente e uma placa mostra com exatidão o zelo com que é tratado aquele tapete verde. ‘É proibido pisar na grama’, ordena. ‘É para impedir que pessoas que vêm da rua tragam fungos, que estragam o piso’, explica Douglas.

O Serra Dourada tem quatro andares. Possui 22 lanchonetes e 44 banheiros, além de 220 bebedouros. Quem tiver carro não precisa se preocupar com estacionamento. São quatro, assim divididos: a imprensa contará com um

privativo, com capacidade para abrigar 153 veículos, o governo estadual vai utilizar um outro, com estrutura para receber 30 automóveis, existem ainda 170 vagas para as autoridades e também uma extensa área, paga, para 3 mil carros. Além disso, na parte externa do estádio, terrenos e mais terrenos são usados para estacionamento, num total de quase 20 mil vagas. E de graça, o que é melhor.

A Superintendência estadual de esporte só teve um gasto extra para a Copa América: desembolsou NCz\$ 620 mil na construção da sala de imprensa no primeiro andar do estádio. Serão instalados 110 telefones, mais dois com chance de serem acoplados a computadores, 20 máquinas de telex, 4 fax e 40 máquinas de escrever. A imprensa escrita ficará em área reservada, com 100 cadeiras, enquanto 64 cabines de rádio esperam por emissoras de 10 países sul-americanos. [...]. ‘Maradona não vai ter do que reclamar. Duvido que o estádio do Napoli seja melhor que o nosso’, finaliza Douglas Marques, o administrador do estádio mais bonito do Brasil (destaque do autor) (CARMONA, 1989).

Mais adiante, esse tom “quase ufanista” ou, no mínimo, extremamente elogioso, foi do mesmo modo capturado pelo cronista Cláudio Arreguy, no dia 9 de julho de 1989, em conversas com colegas de países vizinhos, relativo ao sucesso do evento na cidade, o que também possibilitava a desconstrução de um retrato negativo a seu respeito por causa do acidente radiológico ocorrido dois anos antes.

Muitos jornalistas estrangeiros costumam brincar quando conversam com os brasileiros: ‘Os dirigentes de seu país foram trouxas, porque mandaram os inimigos para Goiânia e seu ótimo estádio e foram parar nos buracos do campo de Salvador’. E o pior é que eles estão certos, porque encontraram uma organização bem próxima da perfeição aqui no centro-oeste do país.

O estádio Serra Dourada tem o melhor gramado do Brasil. Alguns jogadores reclamaram da altura da grama, mas ela foi aparada. E o centro de imprensa montado no local é do nível dos existentes em Copas do Mundo, com dezenas de telex, máquinas de escrever, telefones que fazem todo o tipo de ligações, inclusive com saída para transmissão de dados por computador e telefax. Há ainda um laboratório e vários telefones disponíveis para transmissão de telefotos.

[...]

A cidade de Goiânia com seus 1,5 milhão de habitantes, se preparou com carinho para mostrar uma imagem positiva. Vítima de várias campanhas negativas há quase dois anos quando houve o problema do césio, que contaminou dezenas de pessoas, ela começou o trabalho de reerguimento da imagem com a campanha ‘Eu amo Goiânia’.

[...]

Não há problema de condução na cidade, os táxis são muitos e se encontram em todas as partes. Os engarrafamentos são raríssimos e quase todos os restaurantes têm fácil acesso. Cheia de praças e avenidas, a cidade tem encantado os estrangeiros que aqui estão. A ponto deles não entenderem por que o Brasil foi parar em Salvador, num gramado esburacado, deixando o Serra Dourada (onde foram gastos 300 mil dólares para reformas necessárias) aos *inimigos*. Os dirigentes brasileiros acabaram fazendo uma boa propaganda de Goiânia (destaque do autor). (ARREGUY, 1989).

Com isso, a dimensão física de se abrigar um campo, vestiários, uma geral, arquibancadas, cadeiras, tribunas, cabines de transmissão, salas para administração e um estacionamento é abarcada por uma dimensão figurativa, ampliando os seus limites. Em outros termos, sob um viés despretenso pode-se, simplesmente, olhar para a construção e averiguar a presença de um estádio de futebol, contudo, quando essa premissa se assenta num exame detalhado dos meandros de sua estrutura, percebe-se que esta é a “concretização-simbólica”, por mais divergente que seja esse jogo de conceitos, de parte dos anseios da Ditadura Militar na paisagem da cidade de Goiânia e no estado de Goiás.

Logo depois, em decorrência da escolha do município como uma das sedes da Copa América de 1989, profissionais da imprensa esportiva do Rio de Janeiro correlacionaram o jeito como essa obra, paralelamente ao evento, agiu em prol da ressignificação de um episódio traumático recente, objetivando alterar, ou no limite, atenuar, um pré-conceito depreciativo formado sobre a cidade. Desse modo, se de um lado corroborava-se nesse aparelho público sua condição de lugar de memória posto que sua utilização ultrapassava a marca de 14 (quatorze) anos, de outro, a sua presença no tecido urbano acabou por ajudar na desconstrução, ainda que minimamente, da percepção negativa criada, ou então, atribuída a essa localidade.

Em vista das abundantes cargas de elaboração de sentido que são tanto difundidas pelo estádio, ou então, atreladas a ele por causa de eventos ali realizados, verifica-se ao longo desse intervalo histórico, a consolidação de sua figura na paisagem municipal. Assim sendo, o Estádio Serra Dourada e a cidade de Goiânia estabeleceram entre si uma forte conexão permitindo a ambos uma dupla projeção no cenário nacional, sendo considerado uma destacada praça esportiva, além de uma capital repleta de bons atributos.

4. A entrada no Século XXI e a realização da Copa do Mundo de 2014 com a transformação dos Estádios-Nação em Arenas.

O processo de privatização desencadeado ao longo dos anos 1990, provocou uma nova percepção a respeito da defasagem arquitetônica, tecnológica, social e funcional de diversos aparelhos atrelados às mais variadas áreas de atuação do Estado em determinados segmentos da população. Durante essa década alguns segmentos sociais passaram a colocar em xeque, ou então, rechaçar, a maneira como as escolas, postos de saúdes, centros de assistência social, hospitais, ginásios poliesportivos e estádios eram supervisionados pelos governos municipais,

estaduais e federal em prol de sua transferência para o elemento privado²¹. Dessa maneira, o êxito desses equipamentos passou a ser condicionado ao fato dele ser particular e estar sob a administração de gestores cuja racionalidade consistia em priorizar balancetes superavitários direcionados ao pagamento de dividendos para os acionistas dessas empresas ou corporações.

Essa lógica, por certo, nem sempre se faz ou está presente no radar do poder público quando ele resolve iniciar a construção de um apetrecho destinado à população. Em outros termos, a edificação de uma obra pública não é realizada sob um paradigma que priorize exclusivamente o resultado financeiro, mas sim o alcance do serviço oferecido para a sociedade e a oferta de uma infraestrutura que permita as mais variadas formas de uso coletivo. E esse preceito vai ao encontro dos grandes estádios públicos erigidos entre a temporada de 1965 e 1977, visto que eles estão assentados no fundamento da necessidade de se organizar um processo de integração nacional através do futebol controlado pelo autoritarismo castrense e seus aliados.

Todavia, independente disso, vinte anos ou mais após as suas inaugurações, tanto as praças esportivas públicas como as privadas passaram a enfrentar uma contínua operação de desconstrução de suas identidades ao serem rotuladas como defasadas ou obsoletas, particularmente, em consequência da falta de manutenção de suas bases; mas, não sem razão, visto que tornava-se cada vez mais nítido aos olhos dos espectadores, jogadores, treinadores, dirigentes, profissionais da imprensa e gestores de tais espaços, a percepção a respeito da diminuição do volume de investimentos destinados à sua conservação realizados pelos governos ou clubes²².

²¹ A respeito disso, cabe evidenciar o triste episódio que marcou o segundo jogo da final do Campeonato Brasileiro de 1992 disputado entre Flamengo-RJ e Botafogo-RJ. Nessa ocasião, por conta de um tumulto entre os torcedores rubro-negros parte da grade de proteção da arquibancada do Estádio do Maracanã cedeu levando a morte de 3 torcedores. De acordo com a imprensa carioca, esse acidente explicitava como uma sequência recorrentes de más gestões, sobretudo, de ordem pública, havia comprometido a sua estrutura, visto que uma série de medidas preventivas deixaram de ser adotadas seja em razão da falta de recursos, ou então, devido a incapacidade técnica de seus gestores. Pode-se considerar, talvez, que esse lamentável acontecimento permeado por um ambiente na qual a gestão pública passa a ser preterido pela organização privada, tenha servido como um dos primeiros catalizadores em torno da reconstrução do estádio, a exemplo do que veio a acontecer para a Copa do Mundo de 2014 (MOTTA, 2013).

²² Uma das raras exceções nesse momento de críticas generalizadas aos campos de futebol espalhados nacionalmente, consistia na Arena da Baixada inaugurada em 1999 no lugar da antiga casa do Atlético Paranaense. Além disso, a venda de seu *naming rights* entre os anos de 2005 e 2008 para Kyocera Corporation uma transnacional japonesa apresentava uma nova realidade para o universo futebolístico. Mais tarde, em 2007, a Prefeitura de Barueri na grande São Paulo construiu o Estádio Dr. Orlando Batista Novelli, popularmente conhecido como “Arena Barueri”. Em comum, ambos apresentavam um layout próximo do design inglês com fachadas “retangulares”, em desfavor do tradicional formato circular ou elíptico amplamente utilizado no Brasil.

Posto isso, pode-se afirmar que a condição das praças futebolísticas nacionais variava entre ser considerada regular – sem nenhum aspecto a ser elogiado – e insatisfatória, com diversos problemas físicos a serem resolvidos. Antes de se esquadrihar a solução desse impasse, convém problematizar a escolha do Brasil como palco da Copa do Mundo de 2014.

Dessa forma, a decisão do Comitê Executivo da Fifa sobre o país sede do supracitado evento ocorreu no dia 30 de outubro de 2007, terça-feira, em Zurique na Suíça²³. Apesar de parte da imprensa especializada considerar improvável a realização desse certame em outra nação, a delegação brasileira encabeçada pelo Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, optou por mobilizar nomes de peso para o evento. Em uma lista longa e diversa podemos destacar o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, governadores de diversos estados brasileiros representando as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, Paulo Coelho, além de personalidades ligadas ao futebol como Dunga, treinador da Seleção Brasileira e Romário, ex-jogador e eleito o craque da Copa do Mundo de 1994 (HÁ DEZ, 2017).

Durante o discurso no qual ficou-se conhecendo o resultado da votação, o presidente da FIFA, Joseph Sepp Blatter, da mesma maneira aproveitou a oportunidade para asseverar que: “O comitê executivo decidiu de forma unânime dar a responsabilidade, não apenas o direito, mas a responsabilidade, de organizar a Copa do Mundo da Fifa de 2014 ao país Brasil” (OFICIAL! A, 2007).

De imediato, alguns veículos de comunicação levantaram diversos questionamentos sobre a capacidade técnica de gestão de um evento dessa magnitude por parte das autoridades locais. Nesse sentido, ressalta-se a crítica feita pelo jornal *Financial Times* evidenciando sua preocupação com a baixa qualidade da infraestrutura nacional e, destacadamente, da rede de aeroportos, concomitantemente às recorrentes denúncias de corrupção que reverberavam negativamente a imagem nacional no exterior (PAPPON, 2007).

Torna-se prudente reiterar que, nesse primeiro momento, ainda não havia sido anunciado quantas cidades e estádios seriam escolhidos para acolherem os jogos do torneio.

²³ Optou-se por não escrever países no plural porque, nesse caso, não ocorreram candidaturas duplas como no caso do mundial de 2018 em que Bélgica e Países Baixos; Portugal e Espanha postularam com suas pretensões. Antes disso, cumpre ressaltar que a edição de 2002 se sucedeu pela primeira vez em dois países e, ademais disso, países asiáticos como no caso da Coreia do Sul e do Japão.

Essa decisão, prevista para o dia 20 de março de 2009, quarta-feira, veio a lume no dia 31 de maio de 2009, domingo, em Nassau nas Bahamas.

Nessa oportunidade, foi anunciado para o mundo as 12 (doze) cidades brasileiras selecionadas para servirem de palco para os embates entre as seleções nacionais, a saber: Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Manaus (AM), Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA), enquanto as preteridas nesse processo seletivo foram Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Campo Grande (MS), Belém (PA) e Rio Branco (AC). Paralelamente a isso, tomou-se conhecimento de boa parte dos estádios que seriam utilizados para a realização dos jogos.

Ao final dessa etapa, percebe-se claramente a opção de assegurar, pelo menos, uma sede por região do país, numa reedição da política de integração nacional na qual se utiliza o futebol como canal para emissão de uma determinada mensagem acerca da identidade nacional ou de uma ideia de nação reaproveitando, para tanto, parte das praças esportivas construídas durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) sob uma ação direta dos militares e civis apoiadores do regime. Desse modo, elaborou-se uma tabela a seguir no intuito de identificar a região, capital, estádio e sua capacidade juntamente com o seu ano de construção²⁴:

Região Capital	Nome do Estádio	Apelido	Capacidade	Ano da Inauguração	Proprietário
Sul Porto Alegre	Estádio José Pinheiro Borda	Gigante da Beira-Rio	De 50 a 52 mil torcedores	Inaugurado em 1969, foi amplamente reformado e reestreado em 2014.	Sport Club Internacional (Privado)
Sul Curitiba	Estádio Joaquim Américo Guimarães	Arena da Baixada	De 40 a 42 mil torcedores	Inaugurado em 1914, foi reconstruído em 1999 e, por fim, reformado e ampliado em 2014.	Club Athletico Paranaense (Privado)
Sudeste São Paulo	Arena Corinthians	Itaqueração	De 48 a 50 mil torcedores	Construído para o evento e inaugurado em 2014	Sport Club Corinthians Paulista (Privado)
Sudeste Rio de Janeiro	Estádio Jornalista Mário Filho	Maracanã	De 78 a 80 mil torcedores	Inaugurado em 1950 e	Governo do Estado do Rio de Janeiro

²⁴ Para a construção da tabela valeu-se, demasiadamente, de exemplares similares elaborados ou reproduzidos por autores como Rafael Fortes e João Manuel Casquinha Malaia (2021), Miguel Enrique Almeida Stédile (2021) e Sandro Luis Montanheiro Francischini (2006).

Região Capital	Nome do Estádio	Apelido	Capacidade	Ano da Inauguração	Proprietário
				reconstruído para a Copa de 2014	(Público)
Sudeste Belo Horizonte	Estádio Governador Magalhães Pinto	Mineirão	De 60 a 62 mil torcedores	Inaugurado em 1965 foi reformado para a Copa de 2014	Governo do Estado de Minas Gerais (Público)
Centro Oeste Cuiabá	Estádio José Fragelli ou Arena Pantanal	Verdão	De 41 a 43 mil torcedores	Inaugurado em 1975 foi reconstruído para a Copa de 2014	Governo do Estado do Mato Grosso. (Público)
Centro Oeste Brasília	Estádio Nacional de Brasília.	Mané Garrincha	De 70 a 72 mil torcedores	Inaugurado em 1974 foi reconstruído para a Copa de 2014.	Governo do Distrito Federal (Público)
Norte Manaus	Arena da Amazônia-Vivaldo Lima	Vivaldão	De 43 a 45 mil torcedores	Inaugurado em 1970 foi reconstruído para a Copa de 2014	Governo do Estado do Amazonas. (Público)
Nordeste Fortaleza	Estádio Governador Plácido Castelo	Castelão	De 61 a 63 mil torcedores	Inaugurado em 1973 foi reformado para a Copa de 2014	Governo do Estado do Ceará (Público)
Nordeste Natal	Arena das Dunas-Marinho Chagas	Não se aplica	De 30 a 32 mil torcedores	Construído para o evento e inaugurado no ano da Copa do Mundo de 2014	Governo do Estado do Rio Grande do Norte (Público)
Nordeste Recife	Estádio Governador Carlos Wilson Campos	Arena de Pernambuco	De 44 a 46 mil torcedores	Construída para a Copa do Mundo de 2014 sendo inaugurado em 2013.	Governo do Estado do Pernambuco (Público)
Nordeste Salvador	Estádio Octávio Mangabeira	Arena Fonte Nova	De 50 a 52 mil torcedores	Inaugurado em 1951 foi reconstruído e entregue em 2013.	Governo do Estado da Bahia. (Público).

É necessário acrescentar alguns esclarecimentos acerca dessa tabela no afã de se impedir possíveis equívocos em sua interpretação. Com isso, decidiu-se por inscrever o nome da praça esportiva de acordo com o seu registro original, mesmo admitindo a predominância de alguns apelidos em comparação a essas denominações. Diante disso, os frequentadores do Beira-Rio, Arena da Baixada ou Fonte Nova não se referem a esses lugares por seus nomes de batismo; mas, ainda assim, convém assinalar a sua existência.

Além do mais, a descrição da capacidade de público procurou observar os dados fornecidos pelos proprietários ou gestores desses espaços, em vez de se focar exclusivamente no quantitativo disponibilizado para o mundial de 2014, isso porque, em alguns casos, esse número foi alterado para mais ou para menos, transmitindo uma percepção de tamanho distante de seu uso corrente para eventos oficiais.

Em seguida, foi assinalada a data de sua inauguração e se a obra foi reformada, refeita, ou simplesmente, construída, com o objetivo de se adequar às exigências advindas da FIFA e replicadas pelo Comitê Organizador Local. Nesse quesito, cumpre justificar a incidência desses três fenômenos, sendo o primeiro associado aos espaços que foram readequados como no caso dos estádios do Internacional e do Athletico Paranaense; refeitos como se sucedeu na maioria das praças pertencentes ao poder público, e construídos desde as suas fundações devido à ausência desse aparelho ou porque decidiu-se politicamente a seu favor; feito que influenciou a elaboração da última coluna na qual se discriminou se a propriedade corresponderia ao Estado ou à iniciativa privada.

Essa breve pormenorização do quadro exibido anteriormente ajuda a localizar um dos pontos mais relevantes da argumentação construída ao longo dessa reflexão, a saber: parte dos grandes estádios de futebol situados em capitais e de posse do poder público foram refeitos para a realização da Copa do Mundo de 2014, em uma profunda transformação de sua lógica e possibilidade de produção de orientação de sentido por meio da experiência de torcedores, jogadores, treinadores, dirigentes e gestores desses espaços.

Se, outrora, essas edificações atendiam às diretrizes fixadas pelo aparato militar com apoio de setores da sociedade civil em prol de uma coesão nacional que apregoava a identificação dos habitantes das mais diversas cidades por compartilhar o hábito de apoiar a Seleção Brasileira, torcer para uma determinada equipe e de frequentar o estádio, o novo momento vivenciado viu emergir novas referências já que se alterou substancialmente a sua disposição física e os signos daí emanados, por intermédio da recomposição dos aparelhos futebolísticos sobre outras bases.

O impacto dessas mudanças foi rapidamente perscrutado por diversas áreas de conhecimento das Ciências Humanas sob as mais variadas concepções teóricas, permitindo o seu exame sob prismas distintos, como no caso das considerações feitas pelo geógrafo Gilmar Mascarenhas de Jesus.

Estes novos objetos geográficos trazem não apenas uma arquitetura pujante e monumental, alvo de ufanismo e novo cartão postal para o *citymarketing* em nossas metrópoles. Trazem em si novos conteúdos da urbanização, ao propor e impor suas novas formas de experimentar a vida pública. Num trabalho genuinamente antisséptico, busca-se afastar dos estádios indícios de uma ‘cultura do futebol’ fermentada no Brasil ao longo de pelo menos quatro décadas. Esta forma de torcer, produtora de gestos considerados agressivos e imprevisíveis, não interessa à moderna indústria do espetáculo esportivo. Esta prefere um consumidor sóbrio. Ademais, um consumidor de maior poder

aquisitivo, de forma que nossos novos estádios tendem a expulsar o pobre e o torcedor apaixonado, categorias que muitas vezes se confundem no mesmo indivíduo, já que o ‘pertencimento clubístico’ (DAMO, 1998) está enraizado na cultura popular urbana. (MASCARENHAS, 2021, p. 32-33; destaque do autor).

Uma vez se tratando de uma manifestação global apta a ultrapassar as fronteiras nacionais e suas idiossincrasias, desmantelando os alicerces dessas obras com a inviabilização de uma mesma prática de produção de sentido que, posteriormente, o autor considerou a seguinte mudança de perspectiva.

[...]. Em suma, emerge mundialmente um novo conceito de estádio, endeusado pelos grandes meios de comunicação e inteiramente adequado aos interesses do grande capital. Este novo estádio agrada a segmentos sociais economicamente capazes de consumi-lo, ou que não sustentem críticas ao modelo disciplinar e à supressão de práticas populares. Muitos se sentem plenamente satisfeitos com a segurança, imprevisibilidade e serenidade do novo ambiente, e não escondem a satisfação de este ser frequentado por indivíduos de melhor estrato socioeconômico, como ocorre em shopping centers, clubes e resorts. Podemos incluí-los no rol dos espaços insulares, como enclaves que evitam a presença dos indesejáveis segmentos excluídos (BIDOU-ZACHARIANSE, C e GIGLIA, 2012), redutos da passividade e do consumo. (MASCARENHAS, Gilmar. 2021, p. 34).

Destarte, se essas premissas permearam a reforma, reconstrução ou edificação das praças esportivas para a Copa do Mundo de 2014, instituindo nesses um *layout* estético importado de países como Inglaterra e Alemanha, paralelamente a um novo conjunto de códigos simbólicos; a inexistência desse rearranjo sobre o Estádio Serra Dourada faz de sua permanência na cidade de Goiânia e, em maior medida, no cenário nacional, um raro remanescente – exemplar – de uma concepção de utilização do futebol como veículo condutor de uma específica mensagem acerca de nossa nacionalidade.

A recusa da FIFA em eleger a capital de Goiás como uma das sedes para o torneio internacional de futebol fez com que as demais amostras espalhadas pelo Brasil e representantes de um tipo de projeto de nação fossem apagadas, ou então, descaracterizadas, ao ponto de perderem os elos de associação com o momento e o contexto de sua inauguração; e esse fato ao não atingir a praça esportiva goiana, justamente porque ela foi preterida, fez com que não houvesse nem os recursos e nem a necessidade de sua transformação numa arena aos moldes dos demais aparelhos selecionados como campos de futebol para o mundial.

Em virtude disso, convém se iniciar um amplo debate acerca da modificação do status desse aparelho público de um estádio-nação para um estádio-museu, reconhecendo a indissociabilidade de ambos. Se, inicialmente, coube a esse lugar ser o palco dos torcedores

goianos para o embate entre os clubes locais, de outros estados e da seleção brasileira; em seguida, a preservação de seu espaço em detrimento do maior evento esportivo do planeta conduz, atualmente, a uma situação em favor de sua conservação à custa de sua singularidade.

Ao se retirar da base de comparação o Maracanã, Mineirão, Vivaldão, Castelão, Verdão e a Fonte Nova, ressalta-se a importância de se discutir a expansão da conceitualização do tipo de construção existente no município de Goiânia, já que ele passou a representar um modelo de estrutura e de sociabilidade outrora considerado hegemônico. Atualmente, este conceito de estádio passou a ser minoria, em um movimento identicamente perceptível no nível mais local de equiparação com o advento dos próprios espaços para mandar seus jogos por parte do Goiás Esporte Clube e do Atlético Goianiense.

5. A harmonização entre o Estádio-Nação e o Estádio-Museu como forma de considerações finais.

A baixa compreensão da cultura histórica brasileira faz com que parte da população considere os aparelhos históricos como sendo antiquados e dotados de uma limitada funcionalidade. Mesmo que muitos deles tragam em suas infraestruturas componentes e soluções consideradas avançadas para a época de suas construções, nem sempre esses princípios são assimilados pela sociedade, seja porque isso não é transmitido, isto é, não se explica aos interessados o motivo de se empregar determinada técnica, instrumento ou recurso de um jeito específico; ou então, graças a uma percepção equivocada a propósito do novo como sendo necessariamente melhor que o antigo.

E, esse nexos de raciocínio, talvez, seja ainda mais forte no universo do futebol graças à realização a cada quatro anos da Copa do Mundo em que a FIFA se junta a um determinado país e o seu Comitê Organizador Local com o objetivo de superar a edição anterior. Assim sendo, toda sorte de investimentos é difundida em aeroportos, rodovias, espaços destinados aos fãs, centros de treinamento de jogadores e estádios, almejando fazer daquela edição, no mínimo, melhor que a anterior e, se possível, a mais completa de todas.

Em relação aos estádios de futebol, impera a tentativa de se sobrepujar na forma e na função, os exemplares de outros torneios, demonstrando a sua capacidade de superação quando confrontado aos moldes do quadriênio precedente. Posto isso, tem-se a impressão de como o processo de envelhecimento de um aparelho esportivo desenrola-se num ritmo deveras acelerado por ser contraposto periodicamente em um curto intervalo de tempo. Essa atmosfera faz com que os envolvidos no processo sejam torcedores, jogadores, treinadores, dirigentes ou

jornalistas da imprensa esportiva, reeditem essa afirmação com ainda mais ênfase, desconsiderando, muitas vezes, as condições locais que permeiam a edificação ou repaginação dessas obras.

Rechaça-se, nesse sentido, com veemência, os argumentos favoráveis à execução de reformas visando a adequação do Estádio Serra Dourada a um peculiar modelo de praça esportiva, em função do desencontro de temporalidades de seus projetos. Se, com efeito, forem efetuadas intervenções pontuais, ou então, uma ampla repaginação de sua infraestrutura, elas precisam ser realizadas segundo a concepção original do projeto, ao invés de se pautarem por molde importado sem conexão com a realidade local.

Ato contínuo, desconsidera-se com o mesmo ímpeto parte das alegações no que concerne uma possível superioridade das Arenas diante dos Estádios Nação sob o propósito da modernidade, mas que na verdade disfarça uma atitude anacrônica de não se observar a historicidade na qual esse apetrecho público se insere. Rotular um como satisfatório e o outro como insatisfatório por causa de sua idade ou tempo de uso, além de desvelar um comportamento ingênuo, menospreza a existência de demais equipamentos com o mesmo pressuposto no decorrer da sua prestação de serviço ou disponibilização de seu espaço para o público.

Em síntese, a argumentação proposta em tela advogou a favor da aceitação desse aparelho público refletindo o modo como ele se encontra, quer dizer, a sua natureza, ao mesmo tempo que se intencionou engendrar as ponderações iniciais a respeito da organização de uma série de políticas públicas voltadas para a proteção de sua infraestrutura, composta por uma fachada vinculada a uma corrente estética e arquitetônica modernista com base na cidade de São Paulo, dispondo da capacidade para receber, originalmente, até 76 mil torcedores e, posteriormente, reduzida para pouco mais de 40 mil. Concomitantemente, propagou-se desde aí, uma idealização de nação na qual se ofertava para o combinado nacional e os clubes locais, um ampliado espaço para disputarem entre si, ou então, com rivais de outros estados, as competições locais e nacionais; no mesmo momento oferecia-se para a população de Goiás uma opção de lazer a ser usufruída e compartilhada independente de sua classe social, estabelecendo, portanto, uma ideia de pertencimento a um mesmo projeto nacional em desenvolvimento.

Nem mesmo o fim do regime militar e da organização de hipertrofiados campeonatos nacionais, impossibilitaram a atribuição de novas orientações de sentido através da operação de eventos futebolísticos, como foi exemplificado no desdobramento da Copa América de 1989 na

cidade de Goiânia. A boa receptividade do público local, atrelada a um tecido urbano de fácil locomoção entre os seus pontos de interesse tais como hotéis, restaurantes e a praça esportiva, excepcionalmente considerada como sendo o principal motivo de tantos elogios, permitiram, ainda que timidamente, o desmantelamento de uma memória traumática e de pré-conceitos formados sobre esse espaço urbano.

A virada do século XX e início do século XXI, marcou um momento econômico de disseminação da privatização no continente sul-americano, forçando o poder público a se desfazer de suas empresas e a transferir parte de seus serviços para a iniciativa privada. Esse movimento foi respaldado pela premissa de se obter melhores resultados com uma gestão que vise o lucro e seja regulada por especialistas em engenharia, economia e administração. Como consequência, observou-se uma diminuição dos recursos direcionados para a conservação de equipamentos ainda controlados pelo Estado, em um dos mais agudos pontos de inflexão vividos por esses aparelhos em sua história, suficiente para comprometer suas bases e fazer com que essa praça esportiva perdesse a sua relevância.

Com efeito, esse mesmo entendimento não foi manifestado pela FIFA durante a escolha das cidades habilitadas enquanto sedes para a Copa do Mundo, senão, pelo contrário, visto que a indiferença dos organizadores para com a cidade de Goiânia e o Estádio Serra Dourada serve, precisamente, como ponto de partida para se detectar uma nova condição para esse aparelho na qual o seu projeto original passa a ser assimilado como um patrimônio a ser preservado pelo governo do Estado de Goiás e, em menor medida, a Prefeitura de Goiânia.

Depois se impõe sobre essa espacialidade um intenso debate no intuito de ocupar o mesmo com a instalação de museus propícios para narrar a história das incontáveis partidas de futebol que se efetuaram nesse lugar, mas também um espaço destinado a rememorar os momentos marcantes da história do Brasil a partir da década de 70. Dessa forma se promove a ruptura de uma rasa assimilação em que aparelhos públicos históricos são taxados como detentores de uma limitada funcionalidade.

Ao final, pretende-se ver o Estádio Serra Dourada como um campo de futebol para a realização dos mais variados confrontos entre os clubes locais, de outras regiões do país e da Seleção Brasileira, do mesmo jeito em que se conta a sua história e do país através de museus – lugares de memória – e preservar a sua infraestrutura ao se reconhecer toda a importância desse espaço e de seus laços com a cidade de Goiânia.

Fontes

ARREGUY, Cláudio. Goiânia dá exemplo dentro e fora de campo. *Jornal do Brasil*, 09 jul. 1989. p. 38.

BESSA, Rafael; DI MEDEIROS, João Paulo; PAULO, Gerliezer *et al.* Torneio da Integração Nacional 1971. *Projeto Futebol de Goyaz*. Disponível em: <http://futeboldegoyaz.com.br/campeonatos/torneio-da-integracao-nacional/1971>. Acesso em: 21 mai. 2022

CARMONA. Lédio. Goiás vibra com estádio. *Jornal do Brasil*. 29 jun. 1989. p. 22.

GOIÁS. Tribunal de Justiça. Processo SCGI-GO nº 302/76. Investigação de apuração de irregularidades na construção do Estádio Serra Dourada. Subcomissão Geral de Investigação em Goiás versus Fundação Estadual de Esportes. Relator: José Raimundo de Souza. Goiânia, 5 de fevereiro de 1979. *Jurisprudência Goiana*. Goiânia, v. 1, mar.76/fev. 79, fls. 50-69. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_1m/0/0/1516/br_dfanbsb_1m_0_0_1516_d0007de0007.pdf. Acesso em: 21 mai. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. *Maiores públicos Estádio Serra Dourada*. Disponível em: <http://www.estadioserradourada.go.gov.br/component/content/article/19-institucional/o-est%C3%A1dio/798-maiores-p%C3%BAblicos-est%C3%A1dio-serra-dourada.html?Itemid=393>. Acesso em: 28 mai. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. O único que vai durar mais que o Estádio Serra Dourada é o homem do radinho de pilha. *Correio Brasileiro*, 9 mar. 1975.

HÁ DEZ anos, Brasil era anunciado sede da Copa de 2014; veja alguns personagens daquele dia. *ESPN.com.br*. 30 out. 2017. Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/739170_ha-dez-anos-brasil-era-anunciado-sede-da-copa-de-2014-veja-alguns-personagens-daquela-dia. Acesso em: 04 jun. 2022.

HELENA JR., Alberto. A luta pelo trono do futebol já começou. *Placar Magazine*. n. 640. São Paulo: Editora Abril, 27 ago. 1982. p. 14. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=IG-dsmopNsoC&pg=PA82&dq=Alberto+Helena+Jr&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwixxJvio7P4AhVUqJUCHWGBB5M4ChDoAXoECAoQA#v=onepage&q=Alberto%20Helena%20Jr&f=false>. Acesso em: 21 mai. 2022.

Hemeroteca Digital - Fundação Biblioteca Nacional. *BN Digital*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

LISITA JÚNIOR, Ciro. Um torneio para unir todo o país. *Placar Magazine*. n. 62. São Paulo: Editora Abril. 21 mai. 1971a. p. 20. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=9dNdYf2od6cC&pg=PA20&dq=Torneio+Integra%C3%A7%C3%A3o+Nacional&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwix5b7Smt_3AhX4pZUCHTpUCyEQ6AF6BAGBEAI#v=onepage&q=Torneio%20Integra%C3%A7%C3%A3o+Nacional&f=false. Acesso em: 21 mai. 2022.

LISITA JÚNIOR, Ciro. Uma grande festa, mas está faltando um grande estádio. *Placar Magazine*. n. 80. São Paulo: Editora Abril. 24 set. 1971b. p. 35. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=tmHIsxRGo6QC&pg=PA35&dq=%22torneio+da+integra%C3%A7%C3%A3o%22&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiB99L-md_3AhWZu5UCHfurCDMQ6AF6BAGGEAI#v=onepage&q=%22torneio%20da%20integra%C3%A7%C3%A3o%22&f=false. Acesso em: 21 mai. 2022.

OFICIAL! A Copa do Mundo é nossa. *Globo Esporte.com*. 30 out.2007. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL163196-9790,00.html>. Acesso em: 04 jun. 2022.

PAPPON, Thomas. Fifa confirma Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. *BBC Brasil.com*. 30 out. 2007. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/10/071030_copa_brasil_dg. Acesso em: 04 jun. 2022.

Referências Bibliográficas

ARRAIS, Cristiano Alencar. Identidades Modernas do Plano Urbano de Goiânia. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 117-192, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/21084/12393>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BUARQUE DE HOLLANDA, Bernardo Borges. *O fim do Estádio-Nação? Notas sobre a construção e a remodelagem do Maracanã para a Copa de 2014*. In: ALFONSI, Daniela; CAMPOS, Flávio de (orgs.). **Futebol: objeto das ciências humanas**. São Paulo: Leya, 2014. p. 321-346.

CAMARGO, Aline, MOTA, Matheus André; RESENDE, Sandra Catharinne. Da Vila Redenção aos Condomínios Horizontais Fechados: Sprawl Urbano, especulação imobiliária e cidade-região na Região Sudeste de Goiânia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. v. 1. Vitória: UFES, 2019. p. 665 a 684. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26400>. Acesso em: 09 jun. 2022.

CHAUL, Nasr Fayd. Goiânia: a capital do sertão. *Revista UFG*. Goiânia, 2009, p. 100 a 110. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48235/23591>. Acesso em: 06 jun. 2022.

CUNHA, Cileide Alves. *Aval do passado: Iris Rezende – memória e política (1958-1982)*. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

ESPÍNDOLA, Carlos José; SCHATZ, Patrícia Volk. Jogos e Estratégias: o campeonato brasileiro de futebol na década de 1970 e a política de integração nacional. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 302-324, 2016. DOI 10.12957/geouerj.2016.19444. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/19444/19569>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FERREIRA, Daniel Vinícius. História do Campeonato Brasileiro de Futebol (1971-1987): para além da narrativa da “modernização” do futebol brasileiro. *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 77-121. DOI <https://doi.org/10.34024/hydra.2018.v3.9081>. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9081>. Acesso em: 27 mai. 2022.

FORTES, Rafael; MALAIA, João Maniel Casquinha. ‘Brasil-grande, estádios gigantesco’: toponímia dos estádios públicos da ditadura civil-militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964-1985. *Tempo*, Niterói, v. 27, n. 1, p. 165-183, jan./abr. 2021. DOI 10.1590/TEM-1980-542X2021v270109. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/dxyZ4FpZVhkw6KB6sb7K4Tn/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

FRANCISCHINI, Sandro Luis Montanheiro. *Campeonato brasileiro de futebol e a esportificação do futebol profissional (1971-1979)*. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Editora Contexto, 2010. 272 p.

MASCARENHAS, Gilmar de Jesus. *O direito ao estádio*. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (orgs.). *À Sombra das chuteiras meridionais: uma História Social do futebol (e outras coisas...)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. 640 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/230258/001131867.pdf?sequence=1#page=24>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. *Goiânia Metrópole: Sonho, Vigília e Despertar (1933/1973)*. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MOTTA, Aydano André. *Maracanã: A saga do mais importante templo do futebol mundial, das obras de 1948 à reforma de 20123*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2013. 256 f.

SANTOS, Daniel de Araújo dos Santos. *Futebol e Política: A criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 176 f. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6703/1669.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SESC TV. *Arquiteturas: Estádio Serra Dourada (GO)*. São Paulo: SESC TV, 2014. 1 vídeo (47 min). Disponível em: <https://sesctv.org.br/programas-e-series/arquiteturas/?mediaId=c96811144515dd623cbd32a241cba044>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUZA, Maria Ester. Marco Regulatório urbanístico da cidade de Goiânia, Goiás. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 40, n. 1, p. 1-24, 2020.

STÉDILE, Miguel Enrique Almeida. *Aqui sangraram pelos nossos pés: futebol, política e identidade nacional na Ditadura Militar (1974-1985)*. 244 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.